

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA



EMPRESA

AMAZUL - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 18.910.028/0001-21.

Sede: São Paulo – SP.

Tipo de Estatal: Empresa Pública.

Acionista Controlador: União.

Tipo Societário: Sociedade Anônima.

Tipo de Capital: Fechado.

Abrangência de atuação: Nacional.

Setor de Atuação: Tecnologias de Defesa e Nuclear.

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

Conselho de Administração:

Presidente:

Marcos Sampaio Olsen
CPF: XXX.695.997-53

Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

Marcos Cesar Pontes
CPF: XXX. 971.638-33

Representante do Ministério da Economia:

Alexandre Ribeiro Pereira Lopes
CPF: XXX. 169.317-06

Representante do Ministério da Defesa:

Almir Garnier Santos
CPF: XXX. 692.017-53

Representante do Comando da Marinha:

Marcos Silva Rodrigues
CPF: XXX. 691.397-72



Diretor-Presidente da AMAZUL

Antonio Carlos Soares Guerreiro
CPF: XXX. 880.037-87

Representante dos Empregados:

Jaqueline Sales Gorroi
CPF: XXX. 263.648-22

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Presidente:

Antonio Carlos Soares Guerreiro
CPF: XXX. 880.037-87

Diretor de Administração e Finanças:

Wagner Corrêa dos Santos
CPF.: XXX. 456.407-53

Diretor Técnico e de Operação:

Francisco Roberto Portella Deiana
CPF.: XXX. 472.497-53

Diretor de Gestão de Conhecimento e Pessoas:

Luís Antônio Rodrigues Hecht
CPF XXX.033.318-79

Audidores Independentes atuais da empresa: Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/C

Data de divulgação: 20/04/2020



POLÍTICAS PÚBLICAS

1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com o capital pertencente integralmente à União; sua constituição foi autorizada pela Lei nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, decorrente de cisão parcial da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON. Foi criada pelo Decreto nº 7.898, de 1º de fevereiro de 2013, é vinculada ao Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Marinha, e foi ativada em 16 de agosto de 2013.

A proposta da criação da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL surgiu dos trabalhos de um Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), com a função de fixar diretrizes e metas para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (PNB) e supervisionar sua execução. O comitê foi integrado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios de Minas e Energia; da Ciência e Tecnologia; da Defesa; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; das Relações Exteriores; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A AMAZUL originou-se no contexto da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada por meio do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, segundo a qual “não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento”.

Entre outros pontos, o decreto propõe que “o Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear”, bem como acelerará os investimentos e as parcerias necessárias para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear.

Com a retomada do Programa Nuclear da Marinha (PNM), inserido em uma visão de Estado e a intenção do governo de construir um submarino com propulsão nuclear, a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) justificou a criação da AMAZUL para abrigar as atividades inerentes ao PNB.

A EMI destaca que a viabilização dos empreendimentos a seguir “depende totalmente da criação da AMAZUL”:

- a) construção e operação do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), primeiro reator nuclear de potência projetado e construído por brasileiros;
- b) operação da Usina de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), unidade vital para o processo de enriquecimento de urânio;
- c) elaboração do projeto do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro (SN-BR), de alta complexidade técnica; e

¹

Tecnologia dominada por apenas seis países: EUA, Rússia, Inglaterra, França, China e, mais recentemente, Índia.



d) elaboração do projeto e construção da fábrica de ultracentrífugas e outros – cabe ressaltar que a tecnologia de enriquecimento de urânio é dominada por apenas nove países no mundo, entre eles o Brasil. A construção dessa fábrica permitirá suprir as necessidades das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pelo enriquecimento de urânio para as usinas de Angra dos Reis, e tornará o Brasil autossuficiente nesse processo.

Desta forma, a criação da AMAZUL foi proposta para atender às necessidades do PNM, que vem sendo desenvolvido desde 1979, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e o PNB.

Cabe destacar, ainda, que a EMI expõe claramente também que “a criação de uma empresa para abrigar especificamente o pessoal afeto às atividades nucleares da Marinha e ao projeto dos submarinos permitirá o gerenciamento mais eficaz das atividades relacionadas ao fator recursos humanos, como formação, especialização, recrutamento e treinamento, entre outros aspectos, contribuindo para a retenção de conhecimento no setor”.

Após a sua criação, a AMAZUL buscou e foi reconhecida como Empresa Estratégica de Defesa, (EED), fato consubstanciado pela portaria MD nº 1635 de 27 de junho de 2014 e reafirmado pelo ofício nº 21869/DEPROD/SEPROD/SG-MD, de 17 de outubro de 2018.

Além disso, dispõe de forma permanente de todas as condições necessárias para sua qualificação como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), conforme disposto na Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, e na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

Assim, o objeto social e a atuação da AMAZUL atendem tanto ao interesse coletivo, quanto ao imperativo de segurança nacional.

A atividade nuclear, por força de lei, (CF art.21, inciso XXIII) é monopólio do Estado. Assim, a AMAZUL é empresa estratégica de defesa e única dessa natureza no Brasil no setor em que atua.

Em consonância com a lei de sua criação e seu objeto social, a AMAZUL suporta as atividades da Marinha do Brasil, que possui uma diretoria especial para o setor nuclear, também apoiada pela AMAZUL, envolvendo a coordenação do PROSUB, do PNM e o licenciamento nuclear naval. Do seu lado, a empresa criou a Diretoria de Gestão do Conhecimento e Pessoas, que se dedica, entre outras atividades, à retenção do conhecimento sensível desenvolvido nos projetos do PNM, PNB e PROSUB.

A AMAZUL participa ativamente dos programas mencionados, sendo que é no PNM onde está alocada a maioria de seu pessoal, como pode ser observado no quadro a seguir, com dados de 31 de dezembro de 2019.

Quadro I – Número de Empregados da AMAZUL por área de atuação

Área de Atuação	Nº Empregados da AMAZUL
PROSUB	104
PNM	1.350
AMAZUL-SEDE	206
PNB	148
DGDNTM	11
Total	1.819

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento e Pessoas



2 – Políticas públicas:

2.1 Programa Nuclear Brasileiro (PNB)

A AMAZUL atua em diversos projetos no âmbito do PNB, conforme a seguir listado:

a) Projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)

O projeto do RMB consiste no desenvolvimento do projeto de engenharia, na preparação da implantação, na construção, comissionamento e licenciamento de um reator nuclear de pesquisa de 30 MW, multipropósito, tipo piscina, e toda a sua infraestrutura.

O reator é multipropósito por ser destinado a produção de radioisótopos e pesquisas de irradiação e feixe de nêutrons em diversos campos da tecnologia. Assim, esse reator permitirá a fabricação de radioisótopos empregados na produção de radiofármacos para a medicina nuclear e fontes radioativas usadas em aplicações na indústria, agricultura e meio ambiente. Permitirá também a realização de testes de irradiação em combustíveis nucleares, blindagens e materiais de aplicação nuclear, bem como testes com feixe de nêutrons em estruturas e materiais.

O RMB tem a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) como empreendedora principal, a AMAZUL como co-executora e responsável pelo Projeto Detalhado, a empresa argentina INVAP como parceira no desenvolvimento e a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências (Fundação PATRIA) como administradora dos recursos financeiros do projeto provenientes da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A AMAZUL participou da vistoria realizada pelos técnicos da Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC) do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no local que abrigará as instalações do RMB, em Iperó, SP, em maio de 2019. Nesta inspeção, pré-requisito para emissão da Licença de Instalação do RMB, os técnicos constataram em campo, as informações prestadas nos relatórios técnicos de atendimento às condicionantes do processo de Licenciamento Ambiental.

Foram inspecionadas as instalações existentes no sítio de Iperó e suas melhorias; área de corredores ecológicos, com atenção especial aos fragmentos florestais que sofrerão intervenção durante as obras; área de instalação do Núcleo de Produção e Pesquisa; as duas áreas do ribeirão do Ferro onde serão construídas novas pontes; área de captação de água bruta e lançamento de efluentes tratados no Rio Sorocaba; pontos de amostragens ambientais do Programa de Monitoração Radiológico e Ambiental; e poços de monitoramento de água subterrânea.

O desdobramento dessa inspeção foi a emissão, em novembro de 2019, da Licença de Instalação do RMB pelo IBAMA, liberando o início das obras.

b) Plano de Negócios do RMB (PN-RMB)

Projeto em execução por consultoria contratada junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o apoio financeiro do Ministério da Saúde, para elaboração de um Plano de Negócios Autossustentável para o RMB.

Diante da existência de vários atores públicos e privados com interesses recíprocos, mas não coincidentes; e das necessidades de investimento e de custeio que se apresentam ao longo do tempo deste empreendimento, incluindo a sua operação, com a possível exploração econômica decorrente, é fundamental que se estabeleça um modelo de negócios e de gestão/governança que atenda a todas estas demandas e que se revele autossustentável.



c) Centro de Radiofarmácia do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (CR-IPEN)

A AMAZUL e a CNEN celebraram, em 2018, um TED, cujo objetivo foi ampliar as ações e oportunidades de produção de radiofármacos por meio da cooperação técnica entre a empresa e o Centro de Radiofarmácia do IPEN, localizado em São Paulo – SP, realizando atividades de Garantia da Qualidade para manutenção da operação de aceleradores cíclotrons, dos laboratórios e outras ações correlatas.

Adicionalmente, com o objetivo de suprir uma demanda do Sistema Único de Saúde (SUS), que necessita de radiofármacos para realização de exames e tratamento de doenças, a AMAZUL apoia as atividades do CR-IPEN com foco principal no planejamento e na implementação do Projeto de Boas Práticas de Fabricação de Radiofármacos e Registro de Produtos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Encerrado o TED e em face dos excelentes resultados alcançados, a AMAZUL, a CNEN e o IPEN assinaram nova parceria, em outubro de 2019. O objetivo do novo acordo é a continuação da Cooperação Técnica no Projeto de Implantação de no CR-IPEN.

O novo TED, com duração de 71 meses, prevê a disponibilização de 20 profissionais qualificados para exercer atividades nas instalações do CR-IPEN, alocados nas áreas de Garantia e Controle de Qualidade, Projetos, Requisições, Tecnologia da Informação, Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura, Produção e Logística.

Há 60 anos, o IPEN produz radiofármacos que hoje atendem a mais de dois milhões de pacientes por ano, em procedimentos de diagnóstico e tratamento de câncer. A participação da AMAZUL no Centro de Radiofarmácia é mais uma evidência de sua atuação na área de gestão de pessoas e de conhecimento no PNB, entregando resultados concretos em benefício da sociedade e contribuindo para a ampliação do acesso à medicina nuclear no país, em consonância com os objetivos definidos em sua lei de criação.

d) Motor-Mancal do Coração de Jatene – Dispositivo de Assistência Ventricular (DAV)

A AMAZUL está realizando tratativas para um Acordo de Cooperação Técnica e Científica com o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia para o desenvolvimento, elaboração de documentação de produto e especificações técnicas de fabricação do conjunto motor-mancal eletromagnético, para a aplicação em dispositivos de assistência cardíaca implantáveis, nomeado “Coração de Jatene”.

Esse dispositivo de assistência ventricular (DAV) visa ao atendimento de pacientes com insuficiência cardíaca grave, atuando como uma bomba de sangue que trabalha em paralelo com o coração debilitado. Sua aplicação resulta em prolongamento da expectativa de vida e melhoria da qualidade de vida desses pacientes. Um objetivo futuro do projeto é fabricar o DAV em custo acessível para o SUS.

e) Central de Geração Nucleoelétrica de Angra 1 (ANGRA 1)

Projeto em execução, formalizado por convênio entre AMAZUL e Eletronuclear, com participação da Fundação PATRIA, para apoio ao projeto de extensão da vida útil da Usina Angra 1. O convênio que prevê a participação da AMAZUL no projeto de manutenção, revitalização e suporte da renovação das licenças necessárias para a operação da usina.

A usina de ANGRA-1 entrou em operação comercial no ano de 1985 e tem licença de operação válida até o ano de 2024. Com a renovação da licença, será possível estender o prazo de operação da usina por mais 20 anos.



O convênio, assinado em agosto de 2019, com duração prevista de cinco anos, se dá no âmbito do Programa de Gerenciamento do Envelhecimento para ANGRA 1, da Eletronuclear, que visa, através de um conjunto de ações de manutenção, de operação e de engenharia, controlar os efeitos da degradação por envelhecimento das estruturas, sistemas e componentes relacionados à segurança da usina.

f) Usina Comercial de Enriquecimento de Urânio (UCEU)

Projeto em execução, e formalizado por meio de TED, assinado em novembro de 2019, com o objetivo de expandir as instalações físicas e os sistemas auxiliares para abrigar e alimentar as cascatas de enriquecimento de urânio da UCEU das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A empresa participa com os projetos de engenharia para tal expansão.

A UCEU está instalada na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) da INB localizada em Resende/RJ. O enriquecimento de urânio é realizado em cascatas de ultracentrífugas desenvolvidas pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, (CTMSP). O resultado esperado é a expansão da capacidade de produção da usina de 70.000 para 500.000 quilogramas de Unidade de Trabalho de Separação (UTS) por ano. Essa capacidade de produção será suficiente para suprir a demanda de combustíveis nucleares das usinas de ANGRA-1, ANGRA-2 e, futuramente, de ANGRA-3 e do RMB.

g) Centro Nacional de Tecnologia Nuclear e Ambiental (CENTENA)

Projeto em negociação entre AMAZUL e o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), para os projetos básico e detalhado de um repositório nacional para armazenamento e gerenciamento de material radiativo, resíduos de baixo e médio níveis de irradiação, em local a ser definido.

A maior parte desses rejeitos é proveniente das atividades das usinas nucleares em operação, da aplicação de radioisótopos na medicina nuclear, da indústria e da pesquisa, do descomissionamento de instalações nucleares e radiativas.

A previsão é de operação do CENTENA por 60 anos, fechamento e vigilância por 300 anos.

2.2. Programa Nuclear da Marinha (PNM)

No âmbito do PNM, a AMAZUL participa dos projetos relacionados ao Ciclo do Combustível Nuclear, que desenvolve toda a tecnologia necessária para o enriquecimento de urânio e a fabricação de combustível nuclear; e da construção do LABGENE, que será o protótipo em terra da propulsão nuclear do Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR).

O SN-BR será um importante instrumento na garantia da soberania nacional nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, conhecida como “Amazônia Azul”, região de importantes rotas marítimas comerciais, extremamente rica em sua biodiversidade e recursos minerais.

O projeto do LABGENE contempla a construção, comissionamento, operação e manutenção de uma planta que contém todos os sistemas da propulsão nuclear, desde o reator nuclear até o eixo do hélice de propulsão.

Projetos com atuação da AMAZUL no âmbito do PNM:

a) Participação na obtenção do Bloco 40 do LABGENE (Bloco 40 LABGENE)

Projeto em fase de preparação do início da execução. A AMAZUL e a NUCLEP firmaram, em outubro de 2019, o contrato para apoiar o CTMSP no desenvolvimento, na fabricação e na instalação das



blindagens primárias do Bloco 40 do LABGENE, que é a seção do protótipo que vai abrigar o reator nuclear de propulsão naval.

b) Aquisição de Aço Especial para a DDNM (Aço-DDNM)

Projeto em execução em conjunto com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), a partir de dezembro de 2019, para a aquisição e fiscalização da entrega de matéria prima de ligas de aço especial, de alta resistência, para uso nos componentes do conjunto girante das ultracentrífugas de enriquecimento de urânio.

2.3. Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)

No PROSUB, a AMAZUL auxilia a MB no desenvolvimento de sistemas para a construção de quatro Submarinos Convencionais, de um Submarino com Propulsão Nuclear e do Complexo do Estaleiro e Base Naval de Itaguaí (EBN), em Itaguaí, RJ.

Está em execução, desde junho de 2019, o projeto do Sistema de Gerenciamento da Plataforma do SN-BR (SGP SNBR) e do Sistema Nuclear de Geração de Vapor do SN-BR (SNGV SNBR), por meio de um contrato firmado entre AMAZUL e a Fundação PATRIA para apoio ao projeto do SGP no Centro de Desenvolvimento de Submarinos (CDS) da DDNM e apoio ao projeto do Sistema Nuclear de Geração de Vapor do SN-BR na DDNM.

2.4. Gestão do Conhecimento (GC)

a) Consultoria Externa da Gestão do Conhecimento (Ext-GC)

A AMAZUL tem como objetivo estratégico consolidar a sua metodologia de GC como negócio. Para tanto, a empresa negocia com parceiros a execução de consultoria externa para a implantação da GC, em caráter de validação de projeto piloto.

As negociações mais avançadas são com a empresa fabricante de blindagens INBRA. A AMAZUL e a INBRA firmaram um acordo de confidencialidade e trabalham na estruturação do projeto de consultoria de implantação de GC. A previsão é de que esse projeto-piloto tenha duração de 12 meses, de implantação e 6 meses de acompanhamento e aferição de resultados, e conte com uma equipe de 6 empregados AMAZUL.

b) Implantação Interna da Gestão do Conhecimento (GC)

O Projeto de Implantação de Gestão do Conhecimento consiste na normatização e sistematização da metodologia desenvolvida pela AMAZUL, visando a absorção, disseminação e guarda do conhecimento desenvolvido por uma organização. Essa metodologia de GC da AMAZUL foi desenvolvida originalmente para aplicação em elementos organizacionais da MB voltados para o PNM e PROSUB. Em reconhecimento aos resultados obtidos por essa metodologia, o projeto foi contemplado com o prêmio “*Learning & Performance* Brasil 2018” na categoria “Referência Nacional”, concedido pelo *Institute for Learning & Performance*.

Atualmente a AMAZUL já implantou a GC na Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio (USEXA), na Assessoria de Meio Ambiente (AMA) do CTMSP e na Coordenadoria do Programa do Ciclo do Combustível Nuclear (DDNM-12). E expande a GC, para o Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de Aramar (CIANA) e para a Gerência de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas Inerciais (DDNM-15.3). Desenvolve, ainda uma norma de Plano de Sucessão Organizacional, para preservação/evitar a perda do conhecimento desenvolvido na AMAZUL e ferramentas computacionais no âmbito da empresa para a formação de repositórios do



conhecimento já mapeado.

3 - Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Os objetivos estratégicos da AMAZUL, elaborados em 2014 e revisados em 2016 e 2019, estão fundamentados no interesse coletivo e no imperativo de segurança nacional que justificaram a criação da empresa.

Dessa forma, o acompanhamento da consecução do Planejamento Estratégico da AMAZUL (PEA) visa também, entre outros compromissos, a honrar ao atendimento de políticas públicas.

O quadro abaixo apresenta os Objetivos Estratégicos, os indicadores de desempenho e suas respectivas metas e resultados:

Quadro II: Indicadores e Metas de Desempenho do PEA 2019

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR DE DESEMPENHO	META ANUAL	REALIZADO EM 2019
Desenvolver a Gestão do Conhecimento como Estratégia de Negócio	Número de unidades que aplicaram a metodologia de Gestão do Conhecimento da AMAZUL	2	2
Participar em parcerias estratégicas com produtos e serviços na área nuclear	Número de parcerias estratégicas	2	5
Gerar novas fontes de receitas	Número de novas fontes de receita	1	3
Desenvolver produtos e serviços na área de projetos de submarinos	Percentual de atividades de negócios realizadas no PROSUB em relação ao planejado	90%	96%
Fomentar as atividades externas da empresa e de publicidade institucional para o setor de negócios	Percentual de atividades externas e de publicidade institucional para fomentar o setor de negócios em relação ao planejado	90%	99,50%
Otimizar a utilização dos Recursos Financeiros	Percentual dos recursos orçamentários de custeio liquidado	100%	87,40%
Captar Recursos Orçamentários	Percentual de aumento do Orçamento de Custeio	5%	16,34%
Assegurar a competitividade junto ao mercado de trabalho	Percentual do desvio de Salários e Benefícios em relação ao mercado	≤25%	3,20%
Desenvolver competências como estratégia de negócio	Percentual de solicitações comportamentais do Plano de Desenvolvimento Pessoal trabalhadas em relação à demanda	60%	78,50%
Valorizar o Capital Humano	Percentual de diminuição de acidentes do trabalho em relação a 2018	10%	-59%
	Número de treinamentos na área de segurança	30	54
	Percentual de iniciativas de promoção de saúde em relação ao programado	70%	91,50%
Aprimorar a Imagem Institucional	Número de inserções positivas registradas na mídia jornalística relevante, mídia de entidades parceiras do setor de atuação da AMAZUL e publicações da Marinha	80	110



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR DE DESEMPENHO	META ANUAL	REALIZADO EM 2019
Melhorar a Comunicação Interna e Integração	Percentual de satisfação dos empregados em relação à qualidade e eficiência da Comunicação Interna e de seus canais	70%	61%
Adotar postura ética e responsável em relação à sociedade, ao meio ambiente e diversos públicos de relacionamento.	Percentual de respostas que não geraram recurso no sistema e-SIC em relação à demanda	90%	95,40%
	Tempo médio de atendimento do e-SIC	≤10 dias	4,2 dias
	Percentual de respostas que não geraram nova manifestação no sistema e-OUV em relação ao total de respostas	90%	100%
	Tempo médio de atendimento no e-OUV	≤15 dias	4,7dias
Prover estrutura compatível com as especificidades da empresa	Percentual de demandas de infraestruturas atendidas em relação à demanda (Adm)	70%	96,50%
	Percentual de demandas de infraestruturas atendidas em relação à demanda (TI)	65%	87,70%
Buscar melhores práticas em gestão de resultados	Percentual de Execução do Plano Estratégico em relação ao total de ações estratégicas	75%	75,67%
	Percentual de ciclos de negócios com processos mapeados (Percentual de processos mapeados)	75%	84,90%
Buscar melhores práticas em Gestão de Riscos e de Crises	Número de relatórios de acompanhamento do grau de maturidade da gestão de riscos	3	3
Desenvolver cultura organizacional fundamentada nos valores institucionais	Percentual de treinamentos associados à missão, visão, valores e Objetivos Estratégicos.	100%	100%

Quanto ao Objetivo Estratégico: “Otimizar a utilização dos Recursos Financeiros”, cabe ressaltar que a execução orçamentária ocorre de janeiro a dezembro e, quanto ao último mês do ano, não foi possível promover a total liquidação da despesas no próprio exercício. Desta forma, a execução de 13,6% dos recursos orçamentários foram inscritos em Restos a Pagar.

No tocante ao Objetivo Estratégico: “Assegurar a competitividade junto ao mercado de trabalho”, vale observar que o resultado apontado é decorrente de Consultoria externa contratada junto à empresa Wiabiliza Soluções Empresariais, que evidenciou que a remuneração dos empregados da AMAZUL representa 96,8% da média de mercado.

No que se refere ao Objetivo Estratégico: “Valorizar o Capital Humano”, verifica-se que a Resolução nº 1.329/17 do Conselho Nacional de Previdência Social passou a não considerar o acidente de trajeto para cálculo do Fator Acidentário de Prevenção. Essa postura foi reforçada na reforma trabalhista pela Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017. E, com esse entendimento, em 2019, foram computados 19 acidentes de trabalho, contudo apenas 7 acidentes de trabalho típicos e 12 acidentes de trajeto; enquanto que, em 2018, foram computados 13 acidentes de trabalho, sendo 11 acidentes típicos, que ocorreram dentro das dependências do empregador e 2 acidentes de trajeto. Assim, pode-se concluir que o número de acidentes de trabalho típicos, em 2019, diminuiu 36,4% em relação a 2018. Contudo, considerando que os parâmetros que balizam o indicador devem ser os mesmos para um ano e para outro, foi considerado como realizado o percentual de -59%.



Todos os objetivos estratégicos estão alinhados ao interesse público e ao objeto social da empresa.

Em termos de gestão de resultados, o percentual de execução das ações estratégicas dos projetos prioritários ficou em 75,67% (4% a mais em relação a 2018), tendo sido concluídas 255 das 337 ações programadas para 2019.

4 – Recursos para custeio das políticas públicas

A AMAZUL é uma empresa pública dependente, nos termos do inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar 101/2000. Por esse diploma legal, a empresa estatal dependente é aquela que recebe do ente controlador – no caso, a União – “recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária”. À vista disto, são impostas à empresa, no que tange a observação do Limite de Movimentação de Empenho e Limite de Pagamento, as mesmas exigências a que são submetidas os demais órgãos públicos que recebem recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Assim, no início de 2019, a empresa executou seu orçamento de custeio/investimento sob contingenciamento no valor de R\$ 1,041 milhão, nos termos do Decreto nº 9.711/2019, sendo que o montante representava cerca de 23% do total previsto para a empresa. Porém, no decorrer do exercício, foi garantida a integralidade dos créditos previstos na LOA 2019.

A empresa recebeu, diretamente na Lei Orçamentária Anual de 2019 (LOA 2019), cerca de R\$ 387 milhões. Do total, 98,84% representam despesas com pessoal e benefícios a empregados. Atinente às receitas próprias, arrecadou, por meio da cobrança de multa no âmbito do contrato com a prestadora Trivale Administração Ltda., o montante de cerca de R\$ 43 mil.

A AMAZUL recebeu, também, créditos oriundos de Termos de Execução Descentralizada (TED) no montante de R\$ 2,392 milhões, sendo R\$ 2,0 milhões das Indústrias Nucleares do Brasil e R\$ 392 mil da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Ressalta-se que os repasses de recursos das ações orçamentárias 2000 – Administração da Unidade e 20XN – Aprestamento da Marinha, do Comando da Marinha, bem como os recebimentos de descentralizações de créditos oriundos da CNEN e da INB, auxiliaram o cumprimento de metas previstas para o exercício.

Em relação aos recursos para pagamento de pessoal e benefícios, o valor provisionado foi suficiente para atender à integralidade das despesas do exercício. O quadro a seguir apresenta os valores que foram autorizados:

Quadro III – Orçamento e Recursos da AMAZUL

Programa Governo		EXEC 2017	LOA 2018	PLOA 2019	LOA 2019	Dotação Atualizada
901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	60.717,00	300.000,00	320.000,00	320.000,00	1.020.000,00
2058	Defesa Nacional	4.703.833,00	2.068.886,00	4.699.999,00	4.465.000,00	4.465.000,00
2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	315.238.935,00	303.840.788,00	353.379.312,00	353.379.312,00	382.332.514,00
Função Governo						



Programa Governo		EXEC 2017	LOA 2018	PLOA 2019	LOA 2019	Dotação Atualizada
Encargos Especiais		60.717,00	300.000,00	320.000,00	320.000,00	1.020.000,00
Defesa Nacional		319.942.768,00	305.909.674,00	358.079.311,00	357.844.312,00	386.797.514,00
Subfunção Governo						
846	Outros Encargos Especiais	60.717,00	300.000,00	320.000,00	320.000,00	1.020.000,00
152	Defesa Naval	4.703.833,00	2.068.886,00	4.699.999,00	4.465.000,00	4.465.000,00
122	Administração Geral	284.968.559,00	274.462.731,00	321.946.808,00	321.946.808,00	348.605.556,00
301	Atenção Básica	5.722.320,00	5.212.320,00	6.581.304,00	6.581.304,00	9.208.808,00
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	24.548.056,00	24.165.737,00	24.851.200,00	24.851.200,00	24.518.150,00
Grupo Despesa						
1	Pessoal e Encargos Sociais	284.968.559,00	274.662.731,00	322.166.808,00	322.166.808,00	349.525.556,00
3	Outras Despesas Correntes	34.719.939,00	31.186.943,00	35.732.503,00	35.522.504,00	37.816.958,00
4	Investimentos	314.987,00	360.000,00	500.000,00	475.000,00	475.000,00
Fonte LOA 2019	1-PES	3-ODC		4-INV		Total
100	322.166.808,00	35.522.504,00		475.000,00		358.164.312,00
TOTAL	322.166.808,00	35.522.504,00		475.000,00		358.164.312,00
Fonte Dotação	1-PES	3-ODC		4-INV		Total
100	349.208.547,00	37.816.958,00		475.000,00		387.500.505,00
300	317.009,00	0,00		0,00		317.009,00
TOTAL	349.525.556,00	37.816.958,00		475.000,00		387.817.514,00

Fonte: Tesouro Gerencial/Lei Orçamentária Anual 2019

A seguir, é apresentado quadro com a apresentação da execução orçamentária em 2019.

Quadro IV – Execução Orçamentária da AMAZUL

Programa Governo		Grupo Despesa				Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos (PROC e não PROC)
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	7.064,26	7.064,26	7.064,26	
				91	Aplicações Diretas - Operações Internas	29.998,57	29.998,57	29.998,57	
		1	Pessoal e Encargos Sociais	90	Aplicações Diretas	248.586,54	248.586,54	248.586,54	
				91	Aplicações Diretas - Operações Internas	16.238,54	16.238,54	16.238,54	

Programa Governo		Grupo Despesa				Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos (PROC e não PROC)
2015	Fortalecimento do Sistema único de Saúde (SUS)	3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas				1.040.000,00
2058	Defesa Nacional	4	Investimento	90	Aplicações Diretas	69.710.948,13	6.157.014,32	6.149.361,17	4.988.592,54
				91	Aplicações Diretas - Operações Internas				27.418,36
		3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	4.281.164,71	3.774.438,78	3.749.594,91	904.847,50
				91	Aplicações Diretas - Operações Internas	39.620,80	36.621,91	36.621,91	4.546,17
2059	Política Nuclear	4	Investimento	90	Aplicações Diretas	3.803.088,90	544.944,84	544.944,84	3.849,00
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	392.175,00	227.103,78	173.272,20	522.946,32
2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	4	Investimento	90	Aplicações Diretas	1.399.467,09	1.398.009,09	1.398.009,09	3.261.176,50
		3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	25.001.938,62	20.817.368,24	20.606.276,19	3.636.773,33
				91	Aplicações Diretas - Operações Internas				20.000,00
		1	Pessoal e Encargos Sociais	90	Aplicações Diretas	268.344.969,03	268.344.969,03	242.508.827,42	16.537.177,19
				91	Aplicações Diretas - Operações Internas	65.002.305,92	65.002.305,92	65.002.305,92	
		Total						438.277.566,11	366.604.663,82

Fonte: Tesouro Gerencial

5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Conforme já mencionado, a AMAZUL é uma empresa pública dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Essa situação impõe à empresa todas as exigências a que são submetidos os demais órgãos públicos que recebem recursos do Orçamento Geral da União, inclusive o uso do Sistema Integrado de Administração Financeira, SIAFI, que comporta todas as operações financeiras da empresa.

Na área orçamentária e financeira, a Empresa alcançou as seguintes metas na operacionalização das



políticas públicas:

- a) Monitoramento contínuo e avaliação do Plano de Aplicação de Recursos (PAR); adequação cadastral da AMAZUL à legislação fiscal no que tange à emissão de documentos fiscais necessários à execução de contratos firmados;
- b) Apresentação de prestação de contas à sociedade e ao Tribunal de Contas da União (TCU), na forma de Relato Integrado;
- c) Contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) para a assessoria na adequação das demonstrações financeiras, de modo que mensurem e apresentem de forma adequada o valor gerado pela Empresa, especialmente no que diz respeito aos valores intangíveis registrados em seus principais relatórios contábeis e ao aperfeiçoamento da divulgação dos resultados produzidos e seus efeitos na sociedade por meio de relatórios mais abrangentes, considerando como arcabouço conceitual o conjunto de critérios do Relato Integrado.
- d) A partir de setembro de 2019, algumas contratações demandadas pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) foram assumidas pela AMAZUL, em atendimento ao PNM. A primeira foi firmada com a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP). O contrato, assinado em outubro de 2019, com o valor de R\$ 62,30 milhões, prevê a fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas de contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária do LABGENE.

6 – Comentários dos administradores

Em 2019, os negócios da AMAZUL ganharam novo impulso e a empresa iniciou 2020 com mais projetos relevantes nas áreas nuclear e de engenharia. Os contratos gerenciados pela AMAZUL somam aproximadamente R\$ 238 milhões.

Adicionalmente, os convênios e termos de execução descentralizada (TED) celebrados em 2019 vão trazer uma receita de R\$ 46 milhões nos próximos anos, sendo parte do plano de buscar novas fontes de recursos e cumprir o propósito da empresa de desenvolver tecnologias em benefício da sociedade.

Em 2019, a empresa também estabeleceu como prioridades o aperfeiçoamento da governança e da gestão, por meio de melhores práticas, controles e monitoramento de riscos, normas de conformidade e do programa de integridade, que são ferramentas importantes para garantir a saúde empresarial.

Pela primeira vez, foi iniciado um trabalho conjunto para realizar o mapeamento de riscos compartilhados com o CTMSP, nos processos e atividades que envolvem os empregados da AMAZUL em cargos de gestão.

Na dimensão organizacional, uma nova estrutura foi desenhada com o propósito de reforçar as áreas estratégicas — mediante a criação, em caráter provisório, do novo setor de Governança e Desenvolvimento Corporativo e de Negócios, — a revisão do Regimento Interno e de outras normas.

A direção da AMAZUL tem tomado uma série de iniciativas que visam à institucionalização das relações com seus principais parceiros, principalmente com o CTMSP e suas Organizações Militares (OM) subordinadas, inclusive na região de Iperó, no sentido de aumentar a sinergia, otimizar os recursos humanos e facilitar a tomada de decisões conjuntas.



Uma das decisões foi a de que todos os empregados passem a ser distribuídos e vinculados a cada uma das diretorias, de acordo com as atividades que exercem. A medida tem como propósito o levantamento mais preciso das competências existentes e o atendimento da demanda à AMAZUL, bem como possibilitar que a empresa possa movimentar empregados de uma Unidade Operacional (UO) para outra, para atender à determinada fase de um projeto que requeira qualificações e competências específicas. Com isso, será possível reduzir tanto a eventual ociosidade de pessoal qualificado, quanto a necessidade de se abrir processos seletivos para preenchimento de determinadas vagas.

A AMAZUL iniciou a elaboração de minuta de acordo com o objetivo de regulamentar a relação da empresa com a Marinha do Brasil. Dada à complexidade do assunto, o plano prevê a preparação de um documento principal contemplando vários anexos, cada um deles regulando uma matéria específica. O primeiro anexo versa sobre Segurança e Medicina do Trabalho, área em que existe forte sinergia entre a AMAZUL e as organizações militares parceiras.

Outras iniciativas da direção visam, por um lado, a adequar a situação da empresa à nova realidade orçamentária e ao momento vivido pelo País, que exigem mais responsabilidade e austeridade; e, por outro lado, racionalizar a gestão de recursos em busca de maior eficiência.

A AMAZUL vem aumentando sua participação no PNM e no PROSUB — onde estão alocados mais de 80% de seu pessoal — e no PNB. O aspecto dual das tecnologias desenvolvidas pela empresa nesses programas contribuirá, de modo insofismável, tanto com a vertente social, com a possibilidade de expansão do acesso da população a uma medicina nuclear de alto nível, quanto a militar, pelo seu aporte à consolidação de uma nova estatura político-estratégica do Brasil.

A empresa assumiu novas responsabilidades no PNM, como a gestão do contrato de obtenção do Bloco 40 do-LABGENE. Além disso, iniciou o processo licitatório para contratação de serviços das disciplinas de mecânica, elétrica, instrumentação e equipamentos com fornecimento de mão de obra e materiais para o PANC, que compõe o LABGENE.

No PROSUB, a AMAZUL contribui com sua força de trabalho para dotar a indústria brasileira de defesa com tecnologia nuclear de ponta e esta capacitada a assumir novas responsabilidades no PNM.

Em relação ao PNB, a empresa avança no trabalho de desenvolvimento do projeto detalhado do RMB e promove tratativas para a definição do modelo de negócio e a captação de recursos para o empreendimento, que, conforme já exposto na alínea a) da seção 2.1 deste documento, terá grande alcance social

Em relação aos novos negócios, a AMAZUL assumiu o compromisso de buscar oportunidades e novas fontes de recursos no intuito de reduzir seu grau de dependência financeira. Dentro de um novo posicionamento, aderente às orientações do Governo Federal e do Comando da Marinha, empenha-se em diversificar sua atuação, como demonstram os contratos, acordos de cooperação e convênios com várias instituições:

a) convênio com a Eletronuclear para a extensão da vida útil da Central de Geração Nucleoelétrica de Angra 1;



b) novo convênio com a CNEN para retomada do trabalho de modernização e de adoção de boas práticas, que já vem realizando desde 2018, no Centro de Radiofarmácia do IPEN, em São Paulo, que, além de sanar não conformidades críticas, que garantiram o funcionamento das linhas de produção e o abastecimento de radiofármacos, promoveu significativa economia para o erário; e

c) TED com a INB para elaboração do projeto da UCEU.

Adicionalmente, para fazer frente às novas oportunidades e aos novos desafios que se apresentam e no que tange a seu enquadramento como uma ICT, a AMAZUL aprovou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), fruto do planejamento estratégico. O objetivo do PDI é nortear a empresa e capacitá-la para ser reconhecida como detentora de tecnologia própria, com profissionais qualificados nas áreas nuclear e de desenvolvimento de sistemas de submarinos.

A preservação do capital intelectual faz parte dos desafios da AMAZUL, que incorporou um modelo de gestão do conhecimento a seu portfólio de negócios. A metodologia está sendo implantada em unidades do CTMSP.

7 – Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A AMAZUL tem suas instâncias deliberativas e consultivas devidamente instaladas e com suas responsabilidades definidas em estatuto e demais documentos internos. O processo decisório respeita as atribuições de cada nível hierárquico, como também o Manual de *Compliance*, o Plano de Integridade e a Política de Gestão de Riscos. Anualmente, também é atualizada a norma de Delegação de Competências.

Todos os dirigentes e empregados subordinam-se ao Código de Ética e Conduta Empresarial.

Existem pré-requisitos, vedações e condições para os administradores e membros de órgãos estatutários assumirem e desempenharem suas funções, como também prazos de gestão e avaliações de desempenho.

Além da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, a empresa possui ainda os Comitê de Elegibilidade, de Auditoria, a Auditoria Interna e a área de Governança, Risco e Conformidade.

Dado o setor de atuação e seu objeto social, a empresa possui também o Planejamento Estratégico, Plano Diretor de Tecnologia da Informação, políticas de Gerenciamento de Crises, de Gestão do Conhecimento, de Sustentabilidade.

No último exercício, a fim de cumprir o artigo 73, do Estatuto Social, a AMAZUL treinou gestores e novos empregados. Aos gestores, a ênfase é na obrigatoriedade da adoção da gestão de riscos nos processos sob suas responsabilidades, bem como a observância do Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção, publicado pelo TCU.

A gestão de riscos, sua importância e obrigatoriedade, passou a ser atividade específica no programa de integração “Bem-vindo a bordo” destinada aos novos empregados, fortalecendo uma cultura que norteie os processos de mapeamento, tratamento, prevenção e monitoramento dos riscos.

Houve, também, a participação de empregados da AMAZUL no Curso de Gestão de Risco para a Integridade, promovido pela Superintendência da Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo, quando foi apresentada a metodologia empregada pela Controlaria Geral da União.



Buscando subsídios para atualizar as estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos, a Assessoria de Controle Interno da AMAZUL participou do “I Seminário de Controle Interno: Avançando na Melhoria da Gestão” promovido pelo Centro de Controle Interno da Marinha.

Além disso, no primeiro semestre, foi realizada a avaliação de maturidade das atividades de Gestão de Riscos por intermédio de questionários estruturados de avaliação e entrevistas semiestruturadas com os gestores de cada diretoria da AMAZUL.

No segundo semestre, foram consolidados e aprovados em reunião de Diretoria Executiva os mapas de risco da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), Diretoria Técnica e de Operações (DTO) e da Assessoria de Comunicação Social. No mesmo período, iniciou-se um projeto-piloto com a Assessoria de Meio Ambiente, dentro da estrutura do CTMSP, acerca dos riscos compartilhados.

Por ocasião da atualização do Planejamento Estratégico, os riscos estratégicos foram reavaliados e definiu-se como periodicidade para reavaliação, o acompanhamento semestral, possibilitando a interatividade necessária no processo de gestão desses riscos.

Em 15 de outubro de 2019, foi criada, pela Resolução de Diretoria da AMAZUL, RDA, número 72, a Coordenadoria-Geral de Planejamento, Integridade e Gestão de Riscos, em caráter transitório até a aprovação das alterações ao Regimento interno da AMAZUL, para cumprimento das obrigações da Lei nº 13.303/2016; da IN nº 01/2016 da CGU; da Resolução nº 18 da CGPAR e do art. 73 do Estatuto Social da AMAZUL.

8 – Fatores de Risco

Foram considerados os seguintes riscos corporativos:

- a) Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) não aprovar a contratação de novos empregados;
- b) Contingenciamento orçamentário para a participação da AMAZUL nos empreendimentos e ações constantes em seus objetivos estratégicos, com impactos negativos nas metas planejadas;
- c) Empreendimentos da área de negócios da AMAZUL não serem levados adiante pelas instituições líderes dos projetos, como por exemplo, a CNEN não dispor de recursos para concluir o RMB; e
- d) Atrasos na conclusão de projetos estratégicos podem implicar desatualização da tecnologia neles empregada.

9 – Remuneração

Por ser uma empresa dependente do Tesouro Nacional, a AMAZUL não possui remuneração variável, tanto para dirigentes, quanto para empregados.

10 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

A AMAZUL vem cumprindo outras funções inerentes à sua natureza e aos propósitos de sua criação, tais como:

- a) Conter a evasão de talentos por questões salariais que prejudicou tanto o PNM quanto o PNB,



seja por meio de um Plano de Cargos, Remuneração e Carreira, seja pela realização de concursos públicos para atender às necessidades dos programas;

- b) Articular esforços com indústrias, institutos, centros de pesquisa e universidades para viabilizar a construção dos submarinos, bem como o atendimento a necessidades de outros programas;
- c) Contribuir para a expansão e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa, tendo como uma das consequências um expressivo arrasto tecnológico, estimulando a inovação de processos e produtos de aplicação civil e militar, com evidentes benefícios da sociedade e o desenvolvimento do país; e
- d) Contribuir para aumentar o índice de nacionalização tecnológica, de processos e produtos nos programas em que participa.

Deve-se ressaltar que os programas de que a AMAZUL participa são estratégicos e de longa duração, exigindo uma infraestrutura empresarial consistente, que atenda às crescentes demandas e aos níveis mais avançados de complexidade.

Os principais parceiros da AMAZUL são também do setor público. A atuação da empresa, muito bem delineada desde a sua origem, envolve defesa, política pública, ciência e tecnologia, em áreas de monopólio estatal, onde a atividade comercial e o retorno financeiro são, até o momento, restritos.

Em consonância com seu objeto social, reforça-se que a empresa entrega tecnologia, pessoal qualificado e conhecimento nas áreas nucleares e de submarinos.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

1 - Atividades desenvolvidas

1.1 Prospecção de negócios e comercialização de produtos e prestação de serviço

O ambiente de negócios da AMAZUL está relacionado a empreendedorismo, inovação e tecnologia de ponta, envolvendo o desenvolvimento de sistemas complexos, a nacionalização de equipamentos e sistemas, além de um portfólio estratégico compreendendo a prestação de serviços de engenharia e consultorias, a comercialização de produtos e outras atividades relacionadas com o PNM, PROSUB e PNB. Seus empreendimentos têm como fundamento a relação tripartite e estratégica conhecida como Tríplice Hélice, que envolvem a Academia, a Indústria e o Governo.

Ao atender as demandas do setor nuclear e de desenvolvimento de submarinos, a AMAZUL promove ações estratégicas que estimulam o desenvolvimento de projetos e produtos inovadores junto às empresas nacionais. Dessa maneira, fomenta o arrasto de tecnologias estratégicas duais (militar-civil) no mercado nacional, as quais permitem alavancar a capacidade produtiva da indústria em setores-chave, de alto valor agregado, elaborando e gerenciando os seus contratos e acordos de parcerias.

Assim, a AMAZUL procura direcionar seus esforços na busca de fontes alternativas de financiamento e na obtenção de novas fontes de receitas para seus projetos.

No sentido de ampliar sua atuação e promover novos empreendimentos, a AMAZUL estuda atuar nos seguintes Projetos:

a) Central de Geração Nucleoelétrica de Angra 3 (ANGRA-3)

Projeto em prospecção junto à Eletronuclear, para apoio da AMAZUL nos projetos de engenharia para a conclusão da Usina Angra 3.

A AMAZUL poderá auxiliar na retomada da construção de Angra 3, direta ou indiretamente, nos projetos de engenharia nuclear. Aguarda-se a definição do modelo de negócios a ser adotado pela Eletronuclear para esta retomada.

b) *Small Modular Reactor (SMR)*

Os *SMR* são geradores de energia compactos, com alta potência e que não emitem CO₂. Por essas características podem abastecer consumidores que apresentem grande demanda de energia e se localizem em áreas remotas. Outras possíveis aplicações são grandes plantas industriais como mineradoras e siderúrgicas, plantas de dessalinização de água, pequenas centrais de geração de energia elétrica, plantas offshore e embarcações.

Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em fase de prospecção de parceiros e financiamento para o desenvolvimento de um SMR com tecnologia nacional.

c) Irradiadores

PD&I em fase de prospecção de parceiros e financiamento para o desenvolvimento de irradiadores com tecnologia nacional. Dentre as aplicações vislumbradas, destacam-se: esterilização de equipamentos e instrumentos médicos e cirúrgicos, preservação e desinfestação de alimentos, esterilização de produtos de higiene e cuidados pessoais, aplicação de marcadores radiativos para rastreabilidade de produtos, melhoria da resistência térmica dos revestimentos isolantes de cabos elétricos e preservação de patrimônio histórico e cultural.



d) Centro de Manutenção Especializada do Estaleiro e Base Naval de Itaguaí (CME EBN)

Projeto em prospecção junto à COGESN, ao CTMSP e à DDNM para participação da AMAZUL no Projeto Básico do CME e no apoio ao licenciamento da planta, que será o centro de manutenção e recarga de combustível nuclear do SN-BR.

e) Comissionamento e Manual de Operação do LABGENE (CMO LABGENE)

Projeto em negociação com a Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM) para participação no comissionamento do LABGENE e elaboração do Manual de Operação do LABGENE.

f) PANC LABGENE (PANC-LABGENE)

Projeto em negociação, em conjunto com a DDNM, para a contratação de serviços de engenharia de projetos das disciplinas de Mecânica, Elétrica, Instrumentação e Equipamentos com fornecimento de mão de obra e materiais para o projeto do Prédio Auxiliar Não Controlado (PANC) do LABGENE.

g) OSTI do LABGENE (OSTI-LABGENE)

Projeto em negociação, em conjunto com o CTMSP, para a contratação do Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN) para prestação de serviços como Órgão de Supervisão Técnica Independente (OSTI) nas áreas de metal-mecânica, ensaios não-destrutivos, auditorias, qualificação e revisão de projeto para itens importantes à segurança nuclear para a implantação do LABGENE.

A AMAZUL será responsável pela contratação e fiscalização da execução do contrato.

h) Instrumentação e Controle do LABGENE (IC LABGENE)

Projeto com início previsto para março de 2020, com participação da AMAZUL e da Fundação PATRIA nos projetos do CTMSP dos sistemas de instrumentação, controle e proteção da planta nuclear do LABGENE, e apoio à gestão do projeto, análise do projeto eletromecânico e qualificação do projeto do elemento combustível do LABGENE.

i) Ponte Rolante do LABGENE (Ponte LABGENE)

Projeto em conjunto com Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM) para a aquisição, instalação e comissionamento de uma ponte rolante no prédio do reator do LABGENE, em finalização de negociação, com previsão de início em abril de 2020.

j) Descimbramento do LABGENE (DC LABGENE)

Projeto em conjunto com a DDNM para a contratação e fiscalização de prestação de serviço de descimbramento das estruturas do prédio do Reator do LABGENE, com início em março de 2020. O descimbramento é a retirada das estruturas metálicas utilizadas como escoramento para a concretagem da cobertura do prédio.

1.2 Relações institucionais e marketing empresarial

A AMAZUL busca identificar a necessidade de empreendimentos e expandir seu portfólio de soluções técnico-científicas inovadoras, em parcerias-chave com entidades públicas, privadas, nacionais e estrangeiras para os seus projetos.

Para isto, conduz as relações institucionais da empresa também por meio de participação em feiras, seminários, congressos e em reuniões empresariais com o setor privado em associações e federações



de indústrias dos setores nuclear e de defesa.

Com o intuito de destacar os projetos dos quais a AMAZUL participa no âmbito do PROSUB, PNM e PNB e de modo a demonstrar sua capacidade tecnológica na área nuclear e de desenvolvimento de submarinos, a empresa participou, no ano de 2019, de alguns eventos setoriais de relevância, dentre os quais vale destacar os seguintes:

- a) LAAD Defense & Security: maior e mais importante feira de Defesa e Segurança da América Latina, com a presença de autoridades das Forças Armadas, Forças Policiais, Forças Especiais, executivos da indústria de defesa e segurança e agências governamentais e inúmeros eventos paralelos, tais como reuniões ordinárias com importantes instituições de Segurança Pública;
- b) Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), realizada em Viena, na Áustria, para discutir os principais elementos das prioridades da Agência em seu trabalho sobre o uso pacífico de tecnologias nucleares. Durante a Conferência, os delegados consideraram uma série de questões, desde o fortalecimento das atividades da Agência relacionadas a ciência, tecnologia e aplicações nucleares, até a melhoria da eficiência das salvaguardas da AIEA e a crescente cooperação internacional em energia nuclear, transporte e segurança de resíduos.
- c) 10º Seminário Internacional de Energia Nuclear (SIEN), realizada na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de gestores, técnicos e executivos do setor nuclear; concessionárias de energia; empresas de engenharia industrial, construção e serviço, siderurgia e mineração, dentre outros; e
- d) 9ª Conferência Internacional Nuclear do Atlântico (INAC), na cidade de Santos, promovida pela Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN), sendo considerado o maior evento de energia nuclear da América Latina, congregando mais de mil inscrições e três mil participantes, diversas empresas e universidades de todo o país.

2 – Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

A AMAZUL segue as orientações contidas no Referencial Combate à Fraude e Corrupção do Tribunal de Contas da União e adota o modelo das Três Linhas de Defesa, que se propõe a designar as responsabilidades em forma de coordenação entre os envolvidos, como descrito a seguir:

A Primeira Linha de Defesa é composta pelos controles internos operacionais, dos gestores e diretamente sobre as atividades. Os gestores são responsáveis por implementar medidas de controle preventivas, detectivas e corretivas nos processos sob sua responsabilidade, para manter um controle interno efetivo.

Na Segunda Linha de Defesa estão as atividades referentes ao monitoramento do Risco, as ações de Integridade para monitorar o risco de fraude e corrupção.

A Terceira Linha de Defesa é composta pela Auditoria Interna e pelo Comitê de Auditoria, os quais são responsáveis por fornecer ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos órgãos de governança, por meio de abordagem sistêmica de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos da gestão.

Estatutariamente, cabe à Auditoria Interna aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao



preparo de demonstrações financeiras.

Assim, Auditoria Interna tem a função de apoiar a AMAZUL na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, auxiliando a empresa a alcançar seus objetivos com eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

A AMAZUL possui política de gerenciamento de riscos segundo a Resolução da Diretoria RDA nº 44, de 02 de setembro de 2016, que visa a estabelecer princípios, diretrizes, responsabilidades e delegações que norteiem o processo de gestão de riscos, permitindo a identificação, prevenção, análise, gerenciamento, monitoramento e comunicação dos riscos.

O Comitê de Auditoria da AMAZUL acompanha sistematicamente a elaboração de demonstrações financeiras, como também é obrigatória a auditoria por consultoria externa independente.

3 – Metodologia de identificação de riscos

Além do já apresentado na seção 8 da parte de “Políticas Públicas” desta Carta, adiciona-se que foi utilizada como metodologia para identificação dos riscos, a norma ISO 31.000:2018 de Gestão de Riscos e melhores práticas adotadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Os potenciais riscos foram mapeados com entrevistas com gestores e executores dos processos e, em seguida, foi elaborada uma matriz contendo os riscos inerentes e respectivas causas, consequências, probabilidades de ocorrência e impactos, bem como os níveis de riscos, e ainda o plano de ações de prevenção e tratamento dos riscos, de acordo com critérios de aceitação pré-estabelecidos.

Ao implementar a referida metodologia, a AMAZUL vem aprimorando e reformulando sua gestão de risco e, neste sentido, está em curso um projeto piloto com a Assessoria de Meio Ambiente (AMA) do CTMSP para tratamento dos riscos compartilhados.

4 – Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

Conforme já mencionado na seção 4 da parte de “Políticas Públicas”, a AMAZUL é uma empresa pública dependente, portanto, participante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), nos termos do inciso III da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e, também como já citado na mesma seção supramencionada, são impostas à empresa as mesmas exigências a que são submetidos os demais órgãos públicos que recebem recursos do Orçamento Geral da União (OGU), no que diz respeito à observação ao Limite de Movimentação de Empenho (LME) e de Limite de Pagamento.

Ressalte-se, adicionalmente que, atinente ao prejuízo total apurado, em 2019, no valor de R\$ 1,168 milhão, houve melhoria pois, em 2018, o prejuízo foi de R\$ 1,528 milhão.

Tais prejuízos, de natureza estritamente contábil, podem ser explicados pela atual dinâmica da execução orçamentária e financeira do Governo Federal, pela qual os recursos recebidos destinam-se, exclusivamente, aos valores que efetivamente serão desembolsados. Assim, não são recebidos os recursos para fazer frente às despesas geradas pela constituição de provisões contábeis para riscos fiscais trabalhistas, provisões para férias e encargos sobre férias e depreciação/amortização de bens adquiridos a partir do presente exercício.



Ou seja, contabilmente, por força das Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC TG 4 (R4), 25 (R2) e 27 (R4) do Conselho Federal de Contabilidade, a empresa reconhece as despesas com provisões e depreciação/amortização pelo regime de competência, mas tendo em vista que não realizará, de imediato, o desembolso, não recebe da União o respectivo crédito. Ressalta-se que despesas com provisões e depreciação/amortização respondem por 99% do prejuízo acumulado em 2019.

5 – Políticas e práticas de governança corporativa

A estrutura de governança da AMAZUL é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Possui também dois comitês estatutários: o Comitê de Elegibilidade e o Comitê de Auditoria.

O Estatuto Social ainda define como Unidades Internas de Governança, a Auditoria Interna, a área de Integridade e Gestão de Riscos e a Ouvidoria.

Esta estrutura está comprometida com o estabelecimento de um sistema de direção que preza pelas melhores práticas de governança, o que pode ser evidenciado pela existência do PEA, pela implementação do Programa e Plano de Integridade, pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, Manual de *Compliance* e pelas Políticas de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Crises.

A fiscalização e controle da AMAZUL são realizados por áreas internas e órgãos externos e consubstanciam uma prática de governança alinhada aos valores e aos documentos normativos da AMAZUL.

A empresa possui um Programa de Integridade que estabelece um conjunto de medidas que asseguram a entrega dos resultados esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, da conduta ética e da gestão de riscos, a partir da mobilização e participação ativa dos empregados.

A gestão da AMAZUL também é orientada pelas boas práticas de governança corporativa e caracteriza-se pela inovação, racionalização do gasto público e alcance das metas e objetivos definidos no PEA.

A transparência é outro princípio fundamental, que visa a assegurar, de forma rápida e segura, aos diversos públicos de interesse e ao cidadão de modo geral, amplo acesso a informações relevantes sobre as atividades, os negócios, as decisões empresariais e os dados contábeis e financeiros.

Os princípios éticos que orientam as ações externas e internas da AMAZUL são:

- a) Dignidade humana e respeito às pessoas;
- b) Integridade;
- c) Sustentabilidade;
- d) Transparência;
- e) Impessoalidade;
- f) Legalidade;
- g) Profissionalismo; e
- h) Compromisso.



No âmbito do seu ambiente institucional e de negócios, a AMAZUL adota, de forma imparcial e transparente, critérios de seleção, contratação e avaliação que permitam pluralidade e concorrência entre fornecedores, confirmem a idoneidade das empresas e zelem pela qualidade e melhor preço dos produtos e serviços contratados. Adicionalmente, requer, no relacionamento com fornecedores, o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a não utilização de trabalho infantil ou escravo e a adoção de relações de trabalho adequadas e de boas práticas de preservação ambiental, resguardadas todas as disposições legais; estabelecendo, ainda, parcerias que assegurem os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

No tocante à saúde e à segurança, a AMAZUL tem o compromisso de proporcionar um ambiente de trabalho seguro e de adotar medidas necessárias à preservação da integridade física, mental e moral, principalmente no que diz respeito às atividades de risco ocupacional.

No âmbito da transparência ativa, a empresa teve como prioridade atualizar e ampliar os conteúdos do portal “Acesso à Informação”, bem como criar novas seções e links sobre temas de interesse do cidadão.

Destaque-se o papel estratégico da Ouvidoria como mecanismo de “controle e participação social” responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sobre qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública”, segundo Decreto nº 8.243/14, Art. 2º, Inciso V. A Ouvidoria atua no processo de interlocução entre o cidadão e a administração pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados, tendo contribuído para estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, permitindo que o cidadão participe da gestão pública e realize um controle social sobre as políticas, os serviços e, indiretamente, a atuação dos servidores públicos.

A AMAZUL manteve o percentual de 100% de atendimento aos pedidos de informação, sendo que o tempo médio de resposta ficou em 4,2 dias, que está abaixo do prazo legal, pois a legislação² em vigor estabelece o prazo de vinte dias, prorrogável por mais dez, para a resposta ao cidadão. Não houve recurso de 3ª instância, encaminhado à CGU, o que significa que os manifestantes ficaram satisfeitos com o atendimento.

6 – Descrição da composição e da remuneração da administração

Conforme disposto no Decreto nº 89.309/84, art. 4º, inciso I, alínea "a", Decreto nº 3.735/01, art.2º, no Decreto nº 9.035/2017, Anexo I, art.41, inciso VI, alínea “d”, “e”, e “i”, e Resolução CGPAR nº 12, art. 4º, § 1º, compete à SEST aprovar previamente a remuneração dos diretores, conselheiros e membros dos comitês de auditoria das estatais federais.

Dessa maneira, a política de remuneração para diretores e conselheiros da empresa AMAZUL é estabelecida pelo Ministério da Economia, consolidada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ratificada pela Assembleia Geral.

Não há remuneração variável para administradores e membros dos Conselhos que seja atrelada a indicadores de desempenho ou participação nos lucros ou mesmo a eventos societários. A remuneração dos conselheiros representa 10% da média da remuneração dos Dirigentes,

2

Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.



desconsiderada a Gratificação Natalina.

A remuneração dos dirigentes é constituída de salário, auxílio-alimentação, gratificação natalina e gratificação de férias, conforme quadro V:

Quadro V – Composição Individualizada da Remuneração

Composição \ Cargo	Presidente	Diretores
Honorário	30.954,11	29.406,40
Auxílio-Alimentação	900,00	900,00
Férias	10.318,04	9.802,13
Gratificação Natalina	30.954,11	29.406,40

Quadro VI – Composição agregada da Remuneração

Rubrica	R\$
Honorários Fixo	1.430.079,90
Gratificação Natalina	119.173,33
Gratificação de Férias	39.724,44
Auxílio Alimentação	43.200,00
Previdência Complementar	121.556,79
Quarentena	715.039,95
INSS	442.848,08
FGTS	127.118,21
TOTAL DA DIRETORIA	3.038.740,70